

Denúncias de trabalho infantil crescem 93% em Campinas

Município registrou 114 denúncias entre janeiro e maio de 2026, segundo MPT

Campinas registrou 114 denúncias de trabalho infantil entre janeiro e maio de 2026, alta de 93% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram contabilizados 59 casos. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (9) pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Em todo o interior paulista, o aumento foi de 102%, com o número de denúncias passando de 221 para 448 na comparação entre os cinco primeiros meses de 2025 e de 2026.

A Procuradoria Regional de Trabalho da 15ª Região, responsável por 599 municípios do interior paulista e do litoral norte do estado, divulgou os dados às vésperas do Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho. A data tem como objetivo conscientizar a população e reforçar ações de enfrentamento à exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Campanha nacional

Em ano de Copa do Mundo, a campanha “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil” busca mobilizar instituições e a sociedade no enfrentamento à exploração do trabalho de crianças e adolescentes. A iniciativa tem foco na conscientização e no incentivo a ações de prevenção e erradicação dessa violação



Divulgação/magnific.com

Campinas registrou 114 denúncias de trabalho infantil entre janeiro e maio de 2026, alta de 93%

de direitos.

A campanha é realizada pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com a Justiça do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI). Segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil

registrava 1,65 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil em 2024. Desse total, cerca de 560 mil estavam submetidos a atividades classificadas entre as piores formas de trabalho infantil, incluindo exploração sexual e trabalhos realizados em condições insalubres ou degradantes, como em ruas e lixões.

Apontada por especialistas como uma das principais ferramentas de combate ao trabalho infantil, a aprendizagem profissional permite a inserção protegida de ado-

lescentes no mercado de trabalho, conciliando formação profissional, geração de renda e permanência na escola.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que empresas mantenham entre 5% e 15% de aprendizes em funções que demandem formação profissional. Apesar da exigência legal, o cumprimento da cota ainda gera denúncias.

Entre janeiro e maio de 2026, o MPT recebeu 125 denúncias relacionadas ao descumprimento da

cota de aprendizagem profissional, aumento de 9,6% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram registradas 114 denúncias.

Para a coordenadora regional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), Ana Raquel Machado Bueno de Moraes, o crescimento das denúncias de trabalho infantil está ligado à persistência de uma cultura que ainda naturaliza a exploração do trabalho de crianças e adolescentes sob o argumento de formação para a vida profissional. A procuradora afirma que essa visão ignora situações frequentemente encontradas em setores como agricultura familiar, comércio varejista e atividades informais urbanas, nas quais crianças e adolescentes são expostos a condições que comprometem seu desenvolvimento e seus direitos. Segundo Ana Raquel, a aprendizagem profissional representa a alternativa mais eficaz para romper esse ciclo, ao garantir qualificação, permanência na escola e ingresso protegido no mercado formal de trabalho.

Casos de trabalho infantil podem ser denunciados ao Ministério Público do Trabalho, pelo Disque 100 ou pelo Sistema Ipê, do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do site ipetralho.infantil.trabalho.gov.br.

Refis do ISSQN permite acordo online

Firmino Piton/Prefeitura de Campinas

O Refis do ISS de Campinas segue até 4 de julho com descontos de até 100% em juros e multas e com adesão pela internet, no Ambiente Exclusivo (campinas.sp.gov.br/sites/ambiente-exclusivo/inicio). Os contribuintes também podem optar pelo parcelamento e, neste caso, os pagamentos devem ser feitos até dezembro.

Para facilitar o acesso ao programa, a Secretaria de Finanças disponibilizou um hotsite (campinas.sp.gov.br/refis) que centraliza todas as informações necessárias.

“O nosso objetivo é garantir que o cidadão faça as simulações e adesão sem sair de casa, tornando todo o processo mais simples e transparente”, disse o secretário da Pasta, Aurílio Caiado. O gestor orienta que o contribuinte não deixe para a última hora. “Deixar para o último dia é sempre um risco. Além disso, no caso deste Refis, os parcelamentos têm que ser quitados até dezem-

bro, então, quanto antes for feita a adesão, em mais parcelas é possível quitar a dívida”, completou.

Pelo programa será possível negociar débitos vencidos e não pagos; inscritos ou não em dívida ativa; em cobrança administrativa ou judicial; e de parcelamentos anteriores (inclusive rescindidos).

Quem pode aderir

O Refis contempla todas as atividades de prestação de serviços previstas na legislação do ISSQN. São cerca de 200 tipos de serviços incluídos, desde pequenos negócios até grandes empresas.

Entre os segmentos que podem aderir estão: clínicas médicas, odontológicas, laboratórios e hospitais; clínicas veterinárias e pet shops; escolas, faculdades, cursos de idiomas e profissionalizantes; empresas de tecnologia e informática; escritórios de arquitetura, engenharia e construção civil; salões de beleza, barbearias

e clínicas de estética; academias, spas e serviços de bem-estar; hotéis, pousadas, hostels e agências de turismo; oficinas mecânicas e serviços automotivos; eletricitas, encanadores e prestadores de reparos; empresas de consultoria, contabilidade, advocacia e publicidade; transportadoras e serviços de transporte municipal; chaveiros, gráficas e empresas de comunicação visual; estacionamentos e serviços de vigilância; organizadores de eventos, buffets e serviços de entretenimento.

Além do hotsite do programa (campinas.sp.gov.br/refis), os contribuintes que tiverem dúvida podem entrar em contato com a Prefeitura pelos canais de atendimento da Secretaria de Finanças. Chat via WhatsApp: (19) 98437-4700. Disponível 24h por dia, todos os dias (atendimento automatizado); e, das 8h às 16h (atendimento humano), em dias úteis. Atendimento telefônico: 19 3755-6000. Disponível das 8h às 18h, em dias úteis.



Refis contempla atividades de prestação de serviços do ISSQN